MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE
26/5/08
MCCorreia

GRUPO PARLAMENTAR

Exº Sr. Presidente
Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 363/X (3ª) - AC

Requerente: Deputado Jorge Almeida

O Deputado Jorge Almeida, eleito pelo Círculo de Vila Real, utilizando esta figura regimental, pretende obter um esclarecimento do Ministério da Defesa acerca dos critérios de avaliação do PM1/ Peso da Régua - Ex Sucursal da Manutenção Militar, que permitirá a cedência deste espaço, a título definitivo e oneroso ao Município do Peso da Régua, bem como uma explicação acerca da morosidade da resolução do processo.

1º Data de Fevereiro de 1998, a manifestação de interesse por parte da Autarquia Reguense pela aquisição do PM1-Ex-Sucursal da Manutenção Militar, espaço localizado no miolo urbano, que há muito evidenciava sinais de degradação, e no qual aquela Autarquia pretendia instalar um equipamento de utilização pública, e ao mesmo tempo requalificar um espaço de grande centralidade na cidade.

2º Após várias diligências e trocas de correspondência, foi em Maio de 2001, que o Governo, através do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, decidiu que a cessão do mesmo, iria ser efectuada através do D.Lei 97/70 de 13/03, mediante pagamento de compensação que resultar da avaliação da Direcção Geral do Património.

3º No decorrer de várias iniciativas, ao longo de 2001, e duma reunião na Secretaria Geral do Tesouro, a Câmara da Régua reiterou o pedido de cedência gratuita ou cedência por um valor simbólico.
Encomendou no entanto uma avaliação do terreno em causa, a um perito avaliador da Relação do Porto, que lhe atribuiu um valor de 180.000 Euros.

A Florindo Vieira
Para preparar o expediente
27 MAI 2008
O Chefe de Divisão

MOD 01

4º Em Março de 2002 o assunto transitou para a D. Geral das Infra-estruturas do Ministério da Defesa, que algum tempo depois reafirma a necessidade da avaliação, que estaria a ser feita agora pela Divisão Técnica de Obras daquela D. Geral, que entretanto procedia à análise da avaliação da própria Câmara.

5º Em Maio de 2002, é comunicado à Câmara da Régua, que a avaliação feita por aquela Divisão Técnica, concluía pelo valor de cedência de 758.172,80 Euros.

6º Inúmeras diligências continuaram a ser feitas por parte do Executivo Municipal Reguense durante os anos de 2002 e 2003, com vista à aquisição do terreno a preços simbólicos, mas mantendo sempre uma postura pró-activa no sentido de propor à administração central uma convergência de valores de avaliação tão divergentes, a da Câmara e a do Ministério, culminando mesmo com uma proposta concreta, em Outubro de 2004, de um pagamento integral de 225.000 Euros.
A impossibilidade do recurso ao crédito, imposto pelo Governo de então, para a aquisição de imóveis, continuava a não sensibilizar os decisores centrais quanto ao pedido de cedência gratuita. Mas a proposta concreta então feita, pelo valor acima referido, também não obteve qualquer resposta.

7º Em Maio de 2005, novas diligências são desenvolvidas com vista à resolução definitiva do processo, agora em novo ambiente para as finanças locais, dada a retoma da possibilidade do recurso ao crédito.

8º Em Janeiro de 2007, a Autarquia Reguense, recorre a uma nova avaliação independente, desta feita realizada por uma empresa, a Aguipex, que fixa o valor da transacção em 549.000 Euros.

9 º Finalmente em Maio de 2008, a D. Geral de Infra-Estruturas, fixa o valor de 486.000 Euros para a cedência definitiva daquele espaço.

MOD 01

PS
GRUPO PARLAMENTAR

Face ao exposto, e ao abrigo dos mecanismos regimentais em vigor, o deputado do Partido Socialista, Jorge Almeida, solicita ao Ministério da Defesa, resposta para as seguintes questões:

a) Quais os critérios que estiveram na base das avaliações realizadas para o PM1 Peso da Régua - Ex-Sucursal da Manutenção Militar. Uma, em Maio de 2002, que atribuiu um valor de 758.172,80; outra em Maio de 2008 que fixou o valor em 486.000 Euros ?

b) Que razões podem levar ao comportamento da Administração Central relativamente a este processo, dado que, apesar das frequentes e incisivas diligências do Município Reguense, em acções de persuasão e propostas concretas, foram necessários 10 anos para a resolução do caso ?

c) O espaço da Ex-Sucursal da Manutenção Militar, não tem serventia para efeitos militares ou para-militares há cerca de 5 décadas. Apresenta sinais de muita degradação nalgumas áreas, foi foco de marginalidade e de toxicodependência, e constitui uma nódoa urbana na Cidade Internacional da Vinha e do Vinho.
Não terá o proprietário do imóvel responsabilidades na manutenção de um espaço digno, para uma cidade com tanta potencialidade turística como é a Régua ?

Lisboa, 22 de Maio de 2008

O DEPUTADO

MOD 01